

A salvaguarda de revestimentos arquitectónicos e o problema da sua “apresentação” (PARTE I)

José Aguiar*

Quando visito alguns estaleiros de conservação, atormenta-me frequentemente a incoerência de um paradoxo: é vulgar observar enormes investimentos em extensivas intervenções estruturais e construtivas,

“...da ausência de planos-projectos integradores (...) resulta, muitas vezes, um gigantesco puzzle cacofónico.”

ou de limpeza, por vezes recorrendo-se a tecnologias extremamente sofisticadas, e constatar o pouquíssimo cuidado havido com a definição de um *conceito de apresentação* orientador do restauro, ou da conservação, das fachadas de edifícios históricos. O problema torna-se ainda mais crítico nas intervenções à escala da cidade (na imagem de um bairro histórico, por exemplo) onde, da ausência de planos-projectos integradores dessa dimensão estética e interpretativa, resulta, muitas vezes, um gigantesco puzzle cacofónico.

Assim, o tema escolhido pela *Pedra & Cal* para este número (que me convidou para orientar) – a salvaguarda das superfícies e dos revestimentos arquitectónicos – é hoje um tema incontornável quando reflectimos sobre a (não só nossa) conservação patrimonial.

Os revestimentos e as superfícies arquitectónicas são a pele e o rosto da arquitectura. Como nos seres humanos, imediatamente percebemos nos edifícios históricos se são “boas” ou “más” as suas cores, isto é, se nos parece adequado o seu aspecto e, portanto, a expressão da sua saúde vital. Acresce a esta imediata visualidade o deleite cultural com as dimensões artísticas e testemunhais, que sempre transparecem

quando deparamos com a autenticidade desses rostos (neste caso, dessas fachadas), sobretudo quando estamos perante a qualidade estética resultante de intervenções de restauro (dignas dessa designação). Como muitos, não simpatizo com operações plásticas que mimetizam o velho em novo, repuxando aqui, aplicando silicone ali, fazendo um *lifting* acolá; ainda menos quando ocorrem em património classificável.

Conservação e Restauro em vez de uma renovação acrítica que falsifica o tempo e a história

Durante anos, pensámos que o objectivo central de intervir num edifício antigo, era renová-lo até parecer novo. Até aos anos 50, dessa estratégia parecia não poderem resultar male-

fícios tão graves como hoje – de facto – verificamos (sob o ponto de vista construtivo). Parecia imutável a

“Recuperar ou construir eram (...) dois momentos de uma mesma lógica construtiva...”

cultura da construção, alicerçando-se no primado do artesanato, a obra feita em saberes de “mão-de-obra”, sem as máquinas... ainda.

Reparar um edifício resolvia-se na continuidade de uma cultura da construção ancestral, com os saberes e as compatibilidades tecnológicas que lhe eram inerentes. Recuperar ou construir eram, nesse contexto, dois momentos de uma mesma lógica construtiva, que revestia a pele da arquitectura com os sedimentos de diferentes signos, símbolos das sucessivas idiossincrasias do *Zeitgeist* (como as do Estado Novo).

Essa lógica foi inexoravelmente posta em causa nos anos 60 (no sucesso das cimenteiras), esmagada pelos novos paradigmas da tardia civilização industrial que nos aconteceu. Da construção gravítica, de alvenarias e argamassas portantes, das madeiras preenchendo os vãos e segurando as telhas das coberturas, das construções feitas com terra e argilas (cruas ou cozidas), da cal e dos pigmentos naturais, evoluímos demasiado rapidamente para o primado do cimento Portland, do betão armado, das estruturas reticuladas e paredes de enchimento, dos rebocos hidráulicos e das tintas filmogénicas em películas



Évora, imóvel na Rua 5 de Outubro, antes do restauro.

acrílicas. Da outra cultura só restaram saudades.

Na conservação, os maiores problemas ocorreram exactamente quando quisemos “reabilitar” (no sentido de recuperar e beneficiar) os edifícios antigos com estas novas práticas (ditas industriais). Nesse primeiro momento – sempre demasiado crentes no primado do novo sobre o antigo – julgamos melhores e mais adequados os novos materiais e tecnologias. Depois, descobertas as incompatibilidades, encerramo-nos no círculo vicioso, da ausência de alternativas economicamente credíveis, desaparecidos que foram os homens e extintas as produções de materiais que estes sabiam empregar.

Outros países passaram antes de nós por estes problemas, que tentaram resolver criando uma nova disciplina do conhecimento humano – a Conservação –, novas estruturas produtivas – empresas especialmente vocacionadas e acreditadas – e novos agentes técnicos capazes de a executar – os Restauradores. Caminhos que, apenas agora, começamos também a trilhar.

(re)estudar e reintroduzir tecnologias: pinturas minerais, rebocos e guarnecimentos à base de cal aérea

Dos resultados de algumas décadas de “reabilitação”, penso podermos concluir hoje que muitos dos materiais modernos são incapazes de exprimir os valores estéticos e plásticos das antigas soluções, ou são pouco adequados, sob o ponto de vista do seu desempenho, quando

aplicados sobre paredes e revestimentos antigos.

Num primeiro momento, para resolver este tipo de problemas, iniciámos um esforço de retoma das tecnologias tradicionais à base de cal aérea, o que se justificava sob diversos pontos de vista: (i) o construtivo, devido à natural compatibilidade com as construções antigas; (ii) o estético, porque constituía uma forma natural de assegurar a harmonia com o território e envolventes tradicionais (coberturas, revestimentos de piso, linguagem da arquitectura tradicional); (iii) o histórico, porque inseria as intervenções num denominador comum, o *continuum* histórico que transcendia a lógica tecnológica moderna. Como procurei demonstrar na minha tese¹, as diferenças de porosidade e textura dos revestimentos de cal (rebocos e guarnecimentos), a expressão cromática das tecnologias de pintura semi-cobrintes à base de cal, a sua transparência enquanto veículo, o específico desempenho cromático dos antigos pigmentos minerais (terras), resultam num comportamento único face à luz que se converte num valor fundamental em termos perceptivos e estéticos. Os parâmetros do comportamento cromático destas soluções, devido ao fenómeno das cores condicionalmente iguais, são praticamente impossíveis de reproduzir com técnicas e materiais que não sejam física e quimicamente idênticos, o que põe em causa a viabilidade da utilização de muitas das soluções



Évora, imóvel na Rua 5 de Outubro, depois do restauro.

modernas, ainda que existam algumas novas e promissoras vias (as pinturas semi-cobrintes baseadas em ligantes inorgânicos, com terras e baixas percentagens de resinas

“As experiências de reintrodução das pinturas à base de cal (...) têm-se traduzido em alguns casos de sucesso (...) e em alguns desaires.”

acrílicas, e os silicatos, apenas por exemplo). Sabemos hoje que, para além da pintura, era comum acabar e dar

cor às superfícies arquitectónicas com guarnecimentos feitos com argamassas e pastas de cal carregadas com terras ou com agregados da cor escolhida (frequentemente para imitar materiais pétreos). O tipo de superfície e de texturas passíveis de se obterem com estes barramentos é muito específico e impossível de reproduzir pelo simples alisar e pintar de rebocos. É fulcral reintroduzir este tipo de práticas e há aqui muito a investigar ainda.

As experiências de reintrodução das pinturas à base de cal, já com mais de 20 anos de tentativas por toda a Europa, têm-se traduzido em alguns casos de sucesso (o caso Sueco, por exemplo) e em alguns desaires. Nas grandes cidades, um dado particularmente preocupante foi a constatação da pouca durabilidade destas pinturas, assim como da sua fraca resistência à sujidade e da extensiva conversão da cal em gesso, funda-

“Um importante problema é o desaparecimento da exploração de terras locais e o forte decréscimo da produção de pigmentos inorgânicos...”

mentalmente devido a atmosferas muito poluídas e ambientes ácidos, como aconteceu em “centros históricos” com um intenso tráfego automóvel. Resulta daqui a necessidade de encontrar novas formas de aumentar a durabilidade e a resistência à poluição das pinturas de cal, aprofundando a investigação sobre adjuvantes. Estes problemas (e a ecologia) justificaram o renascimento do interesse por outro tipo de tintas minerais, como as tintas ditas de silicatos (em geral baseadas em silicatos



Imóvel na Rua 5 de Outubro, em Évora: a re-auradora responsável, Ana Sofia Lopes, a remover camadas de pintura.

puros de potássio), as quais parecem poder reproduzir algumas das características das tintas de cal, sobretudo se pudermos utilizar pigmentos inorgânicos de origem local. Um importante problema é o desaparecimento da exploração de terras locais e o forte decréscimo da produção de pigmentos inorgânicos, no mercado internacional, em grande medida substituídos por pigmentos orgânicos, os quais têm apresentado sérios problemas de durabilidade da cor, ou até mesmo de incompatibilidade química com as tintas minerais. Portugal foi um dos maiores produtores de terras, produzindo pigmentos naturais cuja qualidade era elogiada desde o mundo romano. No entanto, desde os anos 50, as nossas principais fontes de produção fecharam.

Acresce que poucas destas tecnologias são hoje dominadas pelas empresas

que actuam na conservação arquitectónica, as quais, aliás, pouco recorrem aos técnicos capazes de as implantarem de forma mais alargada: os Restauradores. Também poucas empresas portuguesas, felizmente com honrosas excepções, têm investido em estudos de investigação aplicada que permitam repor e ampliar os conhecimentos nestes domínios. |

Parte II no próximo número da *Pedra & Cal*.

¹ José Aguiar, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa* (tese elaborada no LNEC, apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Conservação do Património Arquitectónico), Évora, UE/LNEC, 1999.

* Arq. Doutor em Conservação pela UE; Investigador Auxiliar do LNEC, Professor Auxiliar da CEUL.